

Pompeu pede maior rigor contra abuso

O senador Pompeu de Sousa (PSDB), candidato à reeleição na chapa majoritária da Frente Popular, utilizou ontem uma ironia para condenar o abuso do poder econômico nas eleições do Distrito Federal. "O Múcio Athayde, que em 86 teve seu registro cassado porque distribuía pão e leite à população para ganhar votos, era até modesto para o que está acontecendo. Ele ficou como paradigma como corruptor de votos do eleitorado, mas agora pode receber uma reparação e até ser canonizado", disse.

Sem citar nomes, o senador afirma que os exemplos são notórios e espera que o Tribunal Regional Eleitoral "cumpra o seu papel de guardião e defensor da lei. Democracia é o governo do povo e não o governo do dinheiro", salienta o senador.

Um dos senadores mais assíduos do Senado Federal, Pompeu de Souza adverte que os candidatos que investem grandes quantias de dinheiro em suas campanhas "representam interesses inconfessáveis, uma vez que não vão saldar suas dívidas durante o período que exercerem seus mandados; nem que queiram". Segundo Pompeu de Sousa, a avaliação mais inocente a respeito de quem vem gastando grandes somas na campanha seria a de supor que assim agem por vaidade pessoal. Para o senador, esses candidatos estão mesmo "querendo representar o interesse da coisa privada ao invés do interesse da coisa pública".

O senador Pompeu de Sousa tem 28% das intenções de votos na disputa de uma nova vaga no Senado Federal, segundo última pesquisa de opinião divulgada pelo Ibope. "Consegui isso porque sou conhecido e tenho uma história com Brasília antes de sua fundação, quando aqui vim, muitas vezes, em companhia de Juscelino Kubitschek. Durante o meu mandato sempre defendi os interesses populares".

Diretas

Ele foi o autor de um projeto de lei no Senado que estabelecia a eleição direta dos administradores regionais das cidades-satélites. O projeto foi aprovado pela maioria dos integrantes da Comissão do Distrito Federal daquela Casa, mas foi rejeitado no último dia 30 de maio pelo plenário do Senado. Foi também autor de um projeto, este aprovado pelo plenário, que deu a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, o direito de denunciar ao Tribunal de Contas da União qualquer irregularidade na administração de valores e do dinheiro público. O projeto está tramitando na Câmara dos Deputados.

A preocupação com os abusos, tanto econômicos como administrativos, não vem de agora. No primeiro semestre, o senador conseguiu uma manifestação pública do TSE, através de uma consulta, de que está proibida a contratação ou demissão de servidores durante a campanha eleitoral, de acordo com a Lei Etelvino Lins, na falta de regulamentação sobre a matéria na Constituição em vigor.